

HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA NO BRASIL

Resenha: GREEN¹, James N & QUINALHA², Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

Kelly Márcia de Moura Leal³
Universidade Federal da Bahia

Com a criação das Comissões da Verdade, alguns marcadores sociais da diferença, pela primeira vez na história, entraram em cena. Foram criados, dentro destas comissões, grupos de trabalho específicos com recorte de gênero, raça, etnia e faixa etária. Assim, visando apurar e reparar os danos e violências causadas às pessoas LGBT's, James Green lançou a proposta de que fosse incluída essa nova pauta, que abarcasse as sexualidades dissidentes. Sobre esse tema específico, duas audiências públicas ocorreram. A primeira, em 26 de Novembro de 2013, foi realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" e teve como título "Ditadura e homossexualidade: a resistência do Movimento LGBT". A segunda aconteceu no dia 29 de março de 2014, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a Comissão da Verdade paulista e em parceria com o Memorial da Resistência. Com essas audiências foram gerados materiais para compor os relatórios das comissões e que, em seguida, deram origem a publicação do livro *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*.

O livro foi organizado por James Green e Renan Quinalha. Nele estão dispostos dez capítulos, apresentação, introdução, prefácio e posfácio, contando com

¹ Professor de História do Brasil na Brown University, tem vários livros e artigos publicados sobre a História da homossexualidade no Brasil e foi um dos fundadores do grupo homossexual SOMOS.

² Advogado e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Autor do livro *Justiça de transição: contornos do conceito*.

³ Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Pesquisadora bolsista CAPES. E-mail: kellymleal@outlook.com.

a autoria de mais outros(as) oito autores(as)⁴, pesquisadores(as) acadêmicos(as) e/ou ativistas. É importante ressaltar a diversidade de áreas dos(as) autores(as), o que possibilitou uma análise interdisciplinar das relações que envolvem homossexualidades e ditadura.

As pesquisas historiográficas e de áreas afins sobre a ditadura civil-militar no Brasil já são bastante extensas e vem crescendo constantemente ao longo dos anos. Contudo, como apontado por Carlos Fico,⁵ no prefácio do livro, os estudos com recortes temáticos específicos, especialmente envolvendo as várias formas de repressão às sexualidades dissidentes, ainda carecem de maior atenção. Como sinalizam os organizadores, logo na introdução, "ou o tema das sexualidades é abordado ignorando-se sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais ou, em sentido oposto, ele é discutido como se estivesse completamente desconectado da história do período" (p.19). Este livro vem então para preencher esta lacuna historiográfica, apontar caminhos e aguçar desejos de novas pesquisas que se proponham a enxergar a ditadura civil-militar a partir da lente peculiar das sexualidades.

Outro papel importante e corajoso realizado pelos(as) autores(as) desta obra é a denúncia, a partir de uma extensa análise documental, das vigilâncias, perseguições, repressões e silenciamentos sofridos pelos homossexuais, durante o regime autoritário. "A repressão abafou as possibilidades de imaginar novos modos de vida, formas de expressar o desejo e os afetos, bem como movimentos sociais identitários" (p.22). No entanto, alguns segmentos conseguiram dar impulsos às políticas dos desejos, seja por meio de sociabilidades noturnas, em bares e boates destinados ao público homossexual, através das artes de espetáculo, da imprensa alternativa, bem como na formação de grupos de ativismo gays e lésbicos. Isso aponta a visibilidade homossexual no período seja como resistência, seja como existência!

⁴ Os(as) autores(as) são: Benjamin Cowan, Carlos Fico, Jorge Caê Rodrigues, José Reinaldo de Lima Lopes, Luiz Morando, Marisa Fernandes, Rafael Freitas Ocanha e Rita de Cassia Colaço Rodrigues.

⁵ Professor de História do Brasil da UFRJ. Desenvolve pesquisas para a história dos seguintes temas: ditadura militar no Brasil e na Argentina, historiografia brasileira e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

No Capítulo I, *Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar*, o autor Benjamin Cowan⁶ assinala que, desde a Guerra Fria, os discursos médicos e policiais, tentavam patologizar e controlar a homossexualidade, vista "como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional" (p.30). Em tempos de ditadura no Brasil, a articulação entre anticomunismo e valores morais conservadores e reacionários de parcela significativa da sociedade brasileira resultou em permanência, como também, ampliação de suspeitas para com os indivíduos que fugiam a heteronormatividade por eles desejada. Imaginavam haver uma espécie de articulação entre "desvio moral" e "subversão".

A homossexualidade aparecia em publicações de revistas militares como sendo "maquinação do inimigo comunista". Comumente, agentes da SNI e da Polícia Federal incluíam "acusações de homossexualidades" nas fichas de sujeitos suspeitos e/ou que tenham praticado algum tipo de prática "subversiva". Esse tipo de denúncia podia, em boa parte dos casos relatados, agravar o crime cometido ou servir de "alerta" para uma ocorrência futura.

Havia uma maior atenção em qualquer tipo de reunião de pessoas que fossem ligadas aos ativismos negros, de mulheres e homossexuais. Os agentes da repressão vigiavam, colhiam informações dos(as) envolvidos(as), na busca de encontrar algo que os(as) associassem à uma prática conspiratória contrária a segurança nacional.

Também se formulou a ideia de que a juventude era o alvo principal dos "sujeitos subversivos", pois seria facilmente enganada e mesmo "convertida" a novas práticas e costumes. Em vários momentos o autor traz relatos de militares associando o incentivo, aos jovens, ao uso de maconha e de práticas homoafetivas, como sendo uma estratégia para subverter a ordem vigente, desestruturar os lares das famílias brasileiras cristãs e, assim, implantar o comunismo no país. Trazendo com isso "o triunfo da subversão" (p. 28).

Luis Morando⁷, no Capítulo II, intitulado *Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)*, versa sobre as constantes atuações de policiais civis e militares a respeito de gays e travestis em Belo Horizonte. Propondo

⁶ Professor no departamento de história na George Mason University em Virgínia, EUA. Trabalha com a história da sexualidade, do gênero e das direitas, no Brasil e nas Américas.

⁷ Atualmente é professor de Literatura brasileira e Teoria da literatura no Centro Universitário de Belo Horizonte. Dedicar-se à pesquisas para recuperação da memória das identidades do segmento LGBT em Belo Horizonte.

realizar uma “operação limpeza” no espaço urbano, eram constantes as realizações de blitz noturnas e batidas policiais, que monitoravam e muitas vezes fechavam os pontos de sociabilidades desses segmentos sociais. Esse “plano de moralização” e de “combate aos inferninhos” visava a detenção dos “homens de batom e pó de arroz” (p.71) e acabar com o trottoar, “como forma de sanear o espaço urbano e a convivência social” (p.79).

Parcela significativa da sociedade civil, atravessada pela produção da suspeita e da ideologia conservadora de vigilância, denunciava tudo que, para elas, aparentassem como “práticas anormais” que desviassem a heteronorma, exigindo das forças policiais uma medida corretiva aos “maus costumes”. Como exemplo, eram constantes as denúncias feitas por civis de estabelecimentos que, segundo constam nas denúncias, “apresentavam elevada movimentação e muito barulho”.

A censura sofrida por travestis também é evidenciada por Luis Morando. Ele fala sobre a tentativa frustrada de realização do concurso Miss Travesti Brasil e do I Congresso Nacional do Terceiro Sexo, que aconteceria em Niterói. Ambos foram interditados pelos órgãos de censura. Assim como eram impedidas de realizarem apresentações artísticas, mesmo que em espaços frequentados apenas pelos “rapazes alegres” da cidade.

Semelhante ao que fora narrado por Luis Morando, as rondas policiais também se fizeram presentes na cidade de São Paulo. Rafael Freitas Ocanha⁸ nos mostra, no Capítulo V *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*, um breve histórico a respeito da lei de vadiagem que, durante a ditadura, é enquadrada como contravenção penal, entrando no estudo de criminologia sobre a prostituição de michês e travestis, realizado pelo delegado Guido Fonseca. Ocanha aponta que este estudo serviu de base para ostensivas rondas policiais, empreendidas pelo delegado José Wilson Richetti que visavam combater homossexualidades e travestilidades nos espaços de sociabilidades da capital paulista. No estudo de Fonseca, esses segmentos sociais eram descritos como imoralidades e associados à criminalidade e “subversão”. “As policias civil e militar lançaram um plano conjunto para retirar as travestis das ruas” (p.161), com o propósito de “limpeza do espaço urbano”, foi criada a “Operação Cidade”. As rondas policiais, chefiadas por

⁸ Professor de História na Prefeitura do Município de São Paulo. Fez mestrado em História Social na PUC-SP, onde defendeu a dissertação *Amor, feijão, abaixo camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1982)*.

Richetti, obtiveram o apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, que serviu de porta-voz das polícias civil e militar. Somado a este apoio dado por parte da imprensa, parcela da sociedade civil, dentre eles comerciantes e moradores das áreas de sociabilidade frequentadas pelos corpos abjetos, organizaram abaixo-assinado pedindo providências da Segurança Pública do Estado, sob a alegação de que diminuiria o número de assaltos e outros crimes na região.

Para além da repressão coexistiram formas diversas de resistência ao regime. O Jornal Lampião da Esquina fez frente à oposição a ditadura civil-militar, como nos conta Jorge Caê Rodrigues⁹, no Capítulo III, *Um lampião iluminando esquinas escuras na ditadura*. Mudanças comportamentais e culturais, advindas das revoluções de costumes, somados a visibilidade estética e performática de artistas que compunham o tropicalismo, os Dzi Croquettes e Ney Matogrosso influenciaram como também deram gás a iniciativa de criação do jornal. Lampião da Esquina é tido como o primeiro veículo de imprensa alternativa no Brasil a defender publicamente os direitos homossexuais, apesar de desde a década de 1960 já constarem registros de outros tipos de publicações voltadas para esse público. “A imprensa gay no Brasil, como no mundo, surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (p.88). O jornal defendia o ato de assumir-se, de “sair do armário”, e, mais ainda, de “sair do gueto”.

Durante os poucos porém marcantes três anos e meio de publicações, o Lampião passou a ser o porta-voz de discursos inflamados sobre sexualidades dissidentes, iluminando os(as) leitores(as), trazendo artigos de aspectos relevantes para compreensão das identificações homossexuais no período. “O Lampião surge com a proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito” (p.93). Em seus textos é recorrente a ideia de que “uma cultura homossexual está se formando”. Também é perceptível a tentativa, nem sempre alcançada e/ou bem compreendida, de interseccionar pautas homossexuais com demandas de outras “minorias”, negros, feministas, índios, prostitutas, michês e travestis.

O jornal Lampião da Esquina foi bastante vigiado pelos órgãos de censura e teve imensa dificuldade de manter-se financeiramente, além de sofrer divergências

⁹ Professor do curso de Produção Cultural do IFRJ. Autor dos livros *Anos fatais: design, música e tropicalismo e Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*.

ideológicas dentro do próprio corpo editorial, especialmente sobre qual o papel do jornal em relação ao ativismo homossexual. Para muitos dos editores o *Lampião* não deveria ser apenas um canal de entretenimento gay, pois seria “dever do gay ir à luta”.

No IV Capítulo, *Lésbicas e ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*, Marisa Fernandes¹⁰ constrói uma narrativa memorialística em torno das resistências lésbicas as tentativas de cerceamentos impostos pelo regime ditatorial. A autora evidencia a formação do primeiro grupo organizado de lésbicas, em maio de 1980, com o nome Grupo Lésbico Feminista (LF), após ser desmembrado do Grupo Somos. Em seguida, ela relata um caso de violência policial cometido contra lésbicas no Ferro's Bar, no centro de São Paulo, em 1983, seguida de uma maciça manifestação homossexual, descrita pelo *Lampião da Esquina* como o “nosso pequeno Stonewall”. A autora narra ainda dois episódios emblemáticos de interferência censória, sob a temática da lesbianidade. O primeiro faz referência à censura e perseguição judicial a escritora Cassandra Rios, pioneira em literatura de ficção lésbica, que teve trinta e seis obras censuradas, sendo acusada de “subversão”, por “aliciar e corromper a juventude”, através de seus escritos. A outra censura foi direcionada ao programa televisivo da apresentadora Hebe Camargo, na TV Bandeirantes. Após a apresentadora convidar uma ativista do Grupo de Aliança Lésbica Feminista (GALF) para falar sobre lesbianidade.

Assim como Marisa Fernandes, James Green relata a respeito da resistência ao regime autoritário, através da abordagem do processo de formação do grupo homossexual Somos, no Capítulo VI *O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura*. O Somos, fundado em 1978, foi a primeira organização ativista e politizada de gays e lésbicas no Brasil. As manifestações artísticas contraculturais, revoluções de costumes e desejos, bem como a formação de movimentos homossexuais em outros países (EUA, Argentina e Europa) impulsionaram a consolidação do Somos, igualmente ao já descrito sobre o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*.

James Green descreve a participação de gays e lésbicas, ativistas do Somos, no Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo, que carregavam a faixa com os dizeres: “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. E aponta que, “Afiml,

¹⁰ Mestre em História Social, pela USP. Ativista lésbica feminista e defensora dos direitos humanos. Integrou o primeiro grupo organizado de lésbicas e desde 1990 participa do Coletivo Feminista Lésbicas – CFL.

argumentava-se que a homossexualidade existia em todas as classes sociais” (p.182). Essa passagem registra o que o autor, que fora integrante do Somos, afirmara existir o intuito de interseccionar as lutas de outras formas de “minorias” silenciadas, como os trabalhadores, o feminismo, o movimento estudantil e o movimento negro “afinal, argumentava-se que a homossexualidade existia em todas as raças” (p.193).

Outra importante manifestação que o Somos se fez presente, inclusive como organizador, foi a passeata contra as ostensivas rondas policiais do delegado José Wilson Richetti, no dia 14 de Junho de 1980, no centro de São Paulo. “Um evento que deve ser lembrado e comemorado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil” (p.183). O grupo Somos criou tradições de resistência e maneiras de organização que serviram de base e espelho para os movimentos LGBT’s posteriormente formados, até os dias de hoje.

No Capítulo VII, *De Denner a Chryssóstomo, a repressão inviabilizada: as homossexualidades na ditadura*, a autora Rita de Cássia Colaço Rodrigues¹¹ descreve como os agentes da repressão se valeram de instrumentos legais para interditar e controlar as liberdades e expressões artísticas. Alguns casos de perseguições são narrados com profundidade, como o de Denner Pamplona Abreu, costureiro famoso e apresentador de programas de auditório na TV Itacolomi de Minas Gerais. Os homossexuais que participavam de programas televisivos eram vistos como “animadores”, que serviam para entreter e animar a plateia e os telespectadores, “até que os setores adeptos dessa moral idealizada sentiram-se incomodados e passaram a reclamar e a exigir o seu banimento” (p.212), pois o viam como uma “negação da masculinidade” e “tóxico para juventude”. Denner foi demitido do programa. Outro caso de perseguição e violação de direitos foi o de Antônio Chryssóstomo, jornalista e integrante do corpo editorial do jornal *Lâmpião da Esquina*. Ficou conhecido como Caso Chryssóstomo, tendo como mote a associação entre homossexualidade e pedofilia. O jornalista foi condenado e preso.

As denúncias de violações aos direitos humanos, visando corrigir os danos causados, através de políticas de reparação e da justiça de transição, são os temas centrais do VIII Capítulo *A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira*, de Renan Quinalha. Segundo o autor “depois de um contexto de

¹¹ Doutora em História Social pela UFF. Serventuária do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Cofundadora do primeiro grupo de ativismo homossexual do Estado do Rio de Janeiro – GAAG.

graves e sistemáticas violações de direitos humanos, medidas político-judiciais podem e devem ser implementadas pelos Estados com o objetivo de reparar as violências cometidas no passado e evitar que essas práticas se repitam” (p.245). As Comissões da Verdade, que incluíram os recortes de marcadores sociais da diferença, atuaram de forma fundamental, dando “oportunidade de começar a alterar a invisibilização e o silenciamento até hoje impostos a esses setores [dissidentes]” (p.251), com o anseio de proporcionar dignidade e reparo as repressões sofridas. E, indo além, Quinalha evidencia que “incorporar o recorte LGBT no trabalho de memória e justiça pode ser fundamental para permitir que a homofobia que persiste por meio da ditadura chegando à democracia seja combatida” (p.269).

José Reinaldo de Lima Lopes¹² insere, no Capítulo IX *Da dissidência à diferença: Direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia*, o debate entre defesa de direitos humanos e defesa da democracia. Ele assinala que a defesa dos direitos das pessoas homossexuais e a da defesa da democracia por vezes se confundem, que “qualquer reivindicação de liberdade dos homossexuais parecia ser ao mesmo tempo contestação ao regime” (p.281). Fica nítido, após a leitura do texto, que a luta pela democracia necessita e/ou exige pleno respeito às variadas práticas afetivas e sexuais existente na sociedade.

O último capítulo do livro, intitulado *Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parcerias*, escrito pelos organizadores da obra, James Green e Renan Quinalha, consiste em sistematizar todos os temas abordados no livro, com o intuito de colaborar com o relatório final da CNV e outras comissões parceiras. Os autores fecham o texto elencando recomendações a serem sistematizadas pelas Comissões da Verdade.

A obra aqui resenhada, a partir de uma minuciosa análise interdisciplinar, inaugura o campo de estudos sobre a história da repressão as homossexualidades durante a ditadura civil-militar. De forma pioneira e original buscando, através dela, construir políticas de reparação aos direitos humanos. Recomendo veementemente o livro, especialmente para todas as pessoas, pesquisadoras e/ou ativistas de movimentos LGBT's, que queiram ampliar seu campo de visão em busca do entendimento das múltiplas maneiras em que a ditadura afetou e impossibilitou afetos entre pesso-

¹² Professor de Filosofia e História do Direito na USP. Professor Fundador da Direito GV – Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Desde 1995 estuda e escreve sobre o direito a diferença e o direito ao reconhecimento.

as que não se sentiam pertencentes a heteronorma imposta. Acredito que, após a leitura dessa obra, novas pesquisas sobre o regime autoritário irão surgir, agora sob novos olhares e novas intersecções.

Recebido em: 17/09/2016

Aprovado em: 20/12/2016